



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000299765**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002204-65.2015.8.26.0263, da Comarca de Itai, em que é apelante MUNICÍPIO DE ITAÍ, é apelado LOURDES MARTINS DOS SANTOS.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 18ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI (Presidente), BEATRIZ BRAGA E HENRIQUE HARRIS JÚNIOR.

São Paulo, 27 de março de 2025.

**WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**Apelação nº 1002204-65.2015.8.26.0263.**

**Apelante: Prefeitura Municipal de Itai.**

**Apelada: Lourdes Martins dos Santos.**

**Voto n. 57.769.**

**APELAÇÃO – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU –  
Decretação de prescrição originária do crédito  
exequendo e extinção da ação exaradas em primeiro  
grau - Cabimento – Execução fiscal que foi proposta  
após o escoamento total do prazo prescricional  
quinquenal – Manutenção do decisum que se impõe –  
Recurso desprovido.**

**Vistos.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍ**, nos autos de ação de execução fiscal (Proc. n. 1002204-65.2015.8.26.0263, da Vara Única da Comarca de Itai), que propõe contra **LOURDES MARTINS DOS SANTOS**, apresenta recurso de apelação (fls. 18/23) contra a r. sentença (fls. 13/14) que extinguiu a ação em razão do reconhecimento da prescrição originária do IPTU do exercício de 2010. A apelante afirma a inoccorrência da prescrição e requer a reforma do *decisum*, com a decretação de prosseguimento do feito.

Tempestivo o recurso, foi este regularmente recebido e processado.

Vieram os autos à conclusão.

É o relatório.

Com efeito, é de se entender que o presente recurso *não reúne condições de prosperar*.

Senão, vejamos.

O artigo 174 do CTN dispõe que a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data de sua constituição definitiva, que, por sua vez, nos termos do art. 142 do mesmo diploma legal, ocorre com o lançamento do tributo.

Tratando-se de execução de débito de IPTU, e considerando-se as teses firmadas no julgamento dos REsp. ns. 1.641.011/PA e 1.658.517/PA, referentes ao Tema 980 do STJ, conclui-se que o termo inicial do prazo prescricional do imposto inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação, não configurando o parcelamento de ofício da dívida tributária causa interruptiva de sua contagem.

Transpondo tais ponderações à hipótese dos autos, verifica-se que a execução fiscal foi proposta em 15.12.2015, depois, portanto, do escoamento total do prazo prescricional quinquenal relativo ao IPTU do exercício de 2010.

Dessarte, é imperiosa a *manutenção* da extinção do feito executivo, pelos próprios e jurídicos fundamentos da r. sentença, aos quais se adicionam os do presente voto.

Com isto, **nega-se provimento** ao recurso.

**WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI**  
Relator.